

SUMÁRIO

CF – CONSTITUIÇÃO FEDERAL

– Índice Sistemático da CF	11
– Constituição da República Federativa do Brasil de 1988	15
– Ato das Disposições Constitucionais Transitórias	81

CLT – CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO

– Índice Sistemático da CLT	105
– Consolidação das Leis do Trabalho	111

CPC – CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015

– Índice Sistemático do CPC de 2015	299
– Código de Processo Civil de 2015	307
– Índice Alfabético-Remissivo do CPC (Lei 13.105/2015)	399

CC – CÓDIGO CIVIL

– Código Civil de 2002 (Excertos)	421
---	-----

LINDB – LEI DE INTRODUÇÃO ÀS NORMAS DO DIREITO BRASILEIRO

– Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro	443
---	-----

CP – CÓDIGO PENAL

– Código Penal (Excertos)	449
---------------------------------	-----

CPP – CÓDIGO DE PROCESSO PENAL

– Código de Processo Penal (Excertos)	455
---	-----

CDC – CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

– Índice Sistemático do CDC	459
– Código de Defesa do Consumidor	461

LEGISLAÇÃO COMPLEMENTAR

– Índice Cronológico da Legislação Complementar	475
– Legislação Complementar	489
– Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho – TST	1243

SÚMULAS DOS TRIBUNAIS SUPERIORES EM MATÉRIA TRABALHISTA

– Índice das Súmulas dos Tribunais Superiores em Matéria Trabalhista	1279
--	------

SUMÁRIO

– Súmulas Vinculantes do STF.....	1281
– Súmulas do STF em Matéria Trabalhista	1283
– Súmulas do STJ em Matéria Trabalhista	1286
– Súmulas da Jurisprudência Uniforme do TST.....	1289
– Orientações Jurisprudenciais do TST	
– Tribunal Pleno.....	1323
– SBDI-1.....	1324
– SBDI-1 – Transitória	1351
– SBDI-2.....	1357
– SDC.....	1370
– Precedentes Normativos do TST	1373
– Índice Alfabético-Remissivo Geral – CLT • CF • CPC/2015 • CC• CP • CDC • CPP • Súmulas • OJs • PNs • Legislação.....	1379
– Índice Cronológico da Legislação Complementar – Consulta Rápida	1467

ÍNDICE CRONOLÓGICO DA LEGISLAÇÃO COMPLEMENTAR

LEIS

Lei nº 605, de 5 de janeiro de 1949 – Repouso semanal remunerado e o pagamento de salário nos dias feriados civis e religiosos.....	489	Lei nº 4.739, de 15 de julho de 1965 – Dispõe sobre o exercício da profissão de estatístico e dá outras providências.....	501
• Regulamento: Decreto nº 10.854/2021		Lei nº 4.749, de 12 de agosto de 1965 – Dispõe sobre o pagamento da gratificação prevista na Lei nº 4.090, de 13 de julho de 1962.....	497
Lei nº 1.060, de 5 de fevereiro de 1950 – Estabelece normas para a concessão de assistência judiciária aos necessitados.....	490	• Lei regulamentada: Lei nº 4.090/1962	
• Regulamento: Lei 5.584/1970		• Regulamento: Decreto nº 10.854/2021	
Lei nº 1.408, de 9 de agosto de 1951 – Prorroga vencimento de prazos judiciais e dá outras providências.....	492	Lei nº 4.860, de 26 de novembro de 1965 – Dispõe sobre o regime de trabalho nos portos organizados, e dá outras providências.....	502
Lei nº 2.757, de 23 de abril de 1956 – Dispõe sobre a situação dos empregados porteiros, zeladores, faxineiros e serventes de prédios de apartamentos residenciais.....	492	Lei nº 4.886, de 9 de dezembro de 1965 – Regula as atividades dos representantes comerciais autônomos.....	504
Lei nº 2.959, de 17 de novembro de 1956 – Altera o Dec-lei nº 5.452, de 01/05/32 (CLT), e dispõe sobre os contratos por obra ou serviço certo.....	493	Lei nº 4.923, de 23 de dezembro de 1965 – Institui o cadastro permanente das admissões e dispensas de empregados, estabelece medidas contra o desemprego e de assistência aos desempregados, e dá outras providências.....	508
Lei nº 3.030, de 19 de dezembro de 1956 – Determina que não poderão exceder a 25% do salário mínimo os descontos por fornecimento de alimentação, quando preparada pelo próprio empregador.....	493	Lei nº 4.950-A, de 22 de abril de 1966 – Dispõe sobre a remuneração de profissionais diplomados em Engenharia, Química, Arquitetura, Agronomia e Veterinária.....	510
Lei nº 3.207, de 18 de julho de 1957 – Regula as atividades dos empregados vendedores, viajantes ou praticistas.....	493	Lei nº 5.584, de 26 de junho de 1970 – Dispõe sobre normas de Direito Processual do Trabalho, altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho, disciplina a concessão e prestação de assistência judiciária na Justiça do Trabalho, e dá outras providências.....	491
Lei nº 3.857, de 22 de dezembro de 1960 (Excertos) – Cria a Ordem dos Músicos do Brasil e dispõe sobre a regulamentação do exercício da profissão de músico e dá outras providências.....	493	• Lei regulamentada: Lei 1.060/1950	
Lei nº 3.999, de 15 de dezembro de 1961 – Altera o salário mínimo dos médicos e cirurgiões dentistas.....	495	Lei nº 5.725, de 27 de outubro de 1971 – Estabelece a permissão do desconto no salário do empregado de prestações relativas ao financiamento para aquisição de unidade habitacional, no Sistema Financeiro da Habitação.....	514
Lei nº 4.090, de 13 de julho de 1962 – Institui a gratificação de Natal para os trabalhadores.....	496	Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971 (Excertos) – Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências.....	514
• Regulamento: Lei nº 4.749/1965 e Decreto nº 10.854/2021		• Regulamento: Lei 12.690/2012.	
Lei nº 4.266, de 3 de outubro de 1963 – Institui o salário-família do Trabalhador e dá outras providências.....	497	Lei nº 5.811, de 11 de outubro de 1972 – Dispõe sobre o regime de trabalho dos empregados nas atividades de exploração, perfuração, produção e refinação de petróleo, industrialização do xisto, indústria petroquímica e transporte de petróleo e seus derivados por meio de dutos.....	517
Lei nº 4.375, de 17 de agosto de 1964 (Excertos) – Lei do Serviço Militar.....	498	Lei nº 5.889, de 8 de junho de 1973 – Estatui normas reguladoras do trabalho rural.....	518
Lei nº 4.594, de 29 de dezembro de 1964 – Regula a profissão de corretor de seguros.....	498	• Regulamentada pelo Decreto nº 10.854/2021	
Lei nº 4.725, de 13 de julho de 1965 – Estabelece normas para o processo dos dissídios coletivos, e dá outras providências.....	500		

Lei nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974 – Dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas, e dá outras providências.....	519	Lei nº 7.238, de 29 de outubro de 1984 – Dispõe sobre a manutenção da correção automática semestral dos salários, de acordo com o Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, e revoga dispositivos do decreto-lei nº 2.065, de 26 de outubro de 1983	539
Lei nº 6.224, de 14 de julho de 1975 – Regula o exercício da profissão de propagandista e vendedor de produtos farmacêuticos, e dá outras providências.....	522	Lei nº 7.290, de 19 de dezembro de 1984 – Define a atividade do Transportador Rodoviário Autônomo de Bens e dá outras providências.....	540
Lei nº 6.321, de 14 de abril de 1976 – Dispõe sobre a dedução, do lucro tributável para fins de imposto sobre a renda das pessoas jurídicas, do dobro das despesas realizadas em programas de alimentação do trabalhador.....	523	Lei nº 7.316, de 28 de maio de 1985 – Atribui às entidades sindicais que integram a Confederação Nacional das Profissões Liberais o mesmo poder de representação dos sindicatos representativos das categorias profissionais diferenciadas, nas ações individuais e coletivas de competência da Justiça do Trabalho.....	540
Lei nº 6.533, de 24 de maio de 1978 – Dispõe sobre a regulamentação das profissões de artistas e de técnico em espetáculos de diversões, e dá outras providências.....	524	Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985 – Disciplina a ação civil pública de responsabilidade por danos causados ao meio-ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico (vetado) e dá outras providências.....	541
Lei nº 6.586, de 6 de novembro de 1978 – Classifica o comerciante ambulante para fins trabalhistas e previdenciários.....	526	Lei nº 7.377, de 30 de setembro de 1985 – Dispõe sobre o Exercício da Profissão de Secretário, e dá outras providências.....	542
Lei nº 6.615, de 16 de dezembro de 1978 – Dispõe sobre a regulamentação da profissão de radialista e dá outras providências.....	526	Lei nº 7.394, de 29 de outubro de 1985 – Regula o Exercício da Profissão de Técnico em Radiologia, e dá outras providências.....	543
Lei nº 6.696, de 8 de outubro de 1979 – Equipara no tocante à Previdência Social urbana, os ministros de confissão religiosa e os membros de institutos de vida consagrada, congregação ou ordem religiosa aos trabalhadores autônomos e dá outras providências.....	528	• Regulamentada pelo Decreto nº 92.790/1986	
Lei nº 6.708, de 30 de outubro de 1979 (Excertos) – Dispõe sobre a correção automática dos salários, modifica a política salarial e dá outras providências.....	529	Lei nº 7.410, de 27 de novembro de 1985 – Dispõe sobre a Especialização de Engenheiros e Arquitetos em Engenharia de Segurança do Trabalho, a Profissão de Técnico de Segurança do Trabalho, e dá outras providências	546
Lei nº 6.830, de 22 de setembro de 1980 – Dispõe sobre a cobrança judicial da Dívida Ativa da Fazenda Pública, e dá outras providências..	530	• Regulamentada pelo Decreto nº 92.530/1986	
Lei nº 6.858, de 24 de novembro de 1980 – Dispõe sobre o pagamento, aos dependentes ou sucessores, de valores não recebidos em vida pelos respectivos titulares.....	533	Lei nº 7.418, de 16 de dezembro de 1985 – Institui o vale-transporte e dá outras providências	547
• Regulamentada pelo Decreto nº 85.845/1981		• Regulamentada pelo Decreto nº 10.854/2021	
Lei nº 6.868, de 3 de dezembro de 1980 – Dispensa a apresentação dos documentos que especifica, e dá outras providências.....	534	Lei nº 7.498, de 25 de junho de 1986 – Dispõe sobre a regulamentação do exercício da enfermagem e dá outras providências.....	548
Lei nº 6.888, de 10 de dezembro de 1980 – Dispõe sobre o exercício da profissão de Sociólogo e dá outras providências.....	535	Lei nº 7.627, de 10 de novembro de 1987 – Dispõe sobre a eliminação de autos findos nos órgãos da Justiça do Trabalho e dá outras providências	552
• Regulamentada pelo Decreto nº 89.531/1984		Lei nº 7.644, de 18 de dezembro de 1987 – Dispõe sobre a regulamentação da atividade de mãe social e dá outras providências.....	552
Lei nº 6.932, de 7 de julho de 1981 – Dispõe sobre as atividades do médico residente e dá outras providências.....	536	Lei nº 7.701, de 21 de dezembro de 1988 – Dispõe sobre a especialização de Turmas dos Tribunais do Trabalho em processos coletivos e dá outras providências	553
Lei nº 7.002, de 14 de junho de 1982 – Autoriza a implantação de jornada noturna especial nos portos organizados, e dá outras providências.....	537	Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989 – Define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor.....	555
Lei nº 7.064, de 6 de dezembro de 1982 – Dispõe sobre a situação de trabalhadores contratados ou transferidos para prestar serviços no exterior	537	Lei nº 7.783, de 28 de junho de 1989 – Dispõe sobre o exercício do direito de greve, define as atividades essenciais, regula o atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade, e dá outras providências.....	556
• Regulamentada pelo Decreto nº 10.854/2021			
Lei nº 7.115, de 29 de agosto de 1983 – Dispõe sobre prova documental nos casos que indica e dá outras providências.....	539		

Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989 – Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência – Corde, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências		Lei nº 8.678, de 13 de julho de 1993 – Dispõe sobre a concessão de benefício no pagamento da modalidade de saque do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), prevista no art. 20, inciso VIII, da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, e dá outras providências	645
• Regulamentada pelo Decreto nº 3.298/1999			
Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990 – Regula o Programa do Seguro-Desemprego, o Abono Salarial, institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), e dá outras providências.....	558	Lei nº 8.716, de 11 de outubro de 1993 – Dispõe sobre a garantia do salário mínimo e dá outras providências.....	645
Lei nº 8.009, de 29 de março de 1990 – Dispõe sobre a impenhorabilidade do bem de família.....	563	Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993 – Dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do inciso IX do art. 37 da Constituição Federal, e dá outras providências.....	646
Lei nº 8.019, de 11 de abril de 1990 – Altera a legislação do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), e dá outras providências.....	567	Lei nº 8.844, de 20 de janeiro de 1994 – Dispõe sobre a fiscalização, apuração e cobrança judicial das contribuições e multas devidas ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS	648
Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990 – Dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, e dá outras providências.....	568	Lei nº 8.852, de 4 de fevereiro de 1994 – Dispõe sobre a aplicação dos arts. 37, incisos XI e XII, e 39, § 1º, da Constituição Federal, e dá outras providências	649
Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Excertos) – Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.....	569	Lei nº 8.856, de 1º de março de 1994 – Fixa a jornada de trabalho dos profissionais fisioterapeuta e terapeuta ocupacional.....	650
Lei nº 8.073, de 30 de julho de 1990 – Estabelece a Política Nacional de Salários e dá outras providências.....	589	Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994 (Excertos) – Dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).....	650
Lei nº 8.177, de 1º de março de 1991 – Estabelece regras para a desindexação da economia e dá outras providências.....	589	Lei nº 8.984, de 7 de fevereiro de 1995 – Estende a competência da Justiça do Trabalho (art. 114 da Constituição Federal).....	653
Lei nº 8.178, de 1º de março de 1991 (Excertos) – Estabelece regras sobre preços e salários, e dá outras providências.....	593	Lei nº 9.029, de 13 de abril de 1995 – Proíbe a exigência de atestados de gravidez e esterilização, e outras práticas discriminatórias, para efeitos admissionais ou de permanência da relação jurídica de trabalho, e dá outras providências.....	654
Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991 – Dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio, e dá outras providências	595	Lei nº 9.093, de 12 de setembro de 1995 – Dispõe sobre feriados	654
Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991 – Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências.....	614	Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996 – Regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial	655
Lei nº 8.352, de 28 de dezembro de 1991 – Dispõe sobre as disponibilidades financeiras do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e dá outras providências.....	635	Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996 – Dispõe sobre a arbitragem.....	672
Lei nº 8.406, de 9 de janeiro de 1992 – Dispõe sobre a publicação de informações relativas ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) pelo Ministério do Trabalho e da Previdência Social e pela Caixa Econômica Federal.....	636	Lei nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996 – Dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, na forma prevista no art. 60, § 7º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, e dá outras providências.....	679
Lei nº 8.437, de 30 de junho de 1992 – Dispõe sobre a concessão de medidas cautelares contra atos do Poder Público e dá outras providências.....	637	Lei nº 9.469, de 10 de julho de 1997 – Regulamenta o disposto no inciso VI do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993; dispõe sobre a intervenção da União nas causas em que figurarem, como autores ou réus, entes da administração indireta; regula os pagamentos devidos pela Fazenda Pública em virtude de sentença judiciária; revoga a Lei nº 8.197, de 27 de junho de 1991, e a Lei nº 9.081, de 19 de julho de 1995, e dá outras providências.....	682
Lei nº 8.542, de 23 de dezembro de 1992 – Dispõe sobre a política nacional de salários.....	638		
Lei nº 8.632, de 4 de março de 1993 – Concede anistia a dirigentes ou representantes sindicais punidos por motivação política.....	638		
Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993 – Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências.....	643		

Lei nº 9.494, de 10 de setembro de 1997 – Disciplina a aplicação da tutela antecipada contra a Fazenda Pública, altera a Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985, e dá outras providências.....	683	Lei nº 10.220, de 11 de abril de 2001 – Institui normas gerais relativas à atividade de peão de rodeio, equiparando-o a atleta profissional.....	792
Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997 (Excertos) – Estabelece normas para as eleições	684	Lei nº 10.224, de 15 de maio de 2001 – Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para dispor sobre o crime de assédio sexual e dá outras providências.....	792
Lei nº 9.507, de 12 de novembro de 1997 – Regula o direito de acesso a informações e disciplina o rito processual do habeas data.....	684	Lei nº 10.555, de 13 de novembro de 2002 – Autoriza condições especiais para o crédito de valores iguais ou inferiores a R\$ 100,00, de que trata a Lei Complementar nº 110, de 29 de junho de 2001, e dá outras providências.....	800
Lei nº 9.601, de 21 de janeiro de 1998 – Dispõe sobre o contrato de trabalho por prazo determinado e dá outras providências.....	685	Lei nº 10.556, de 13 de novembro de 2002 – Dispõe sobre a inclusão dos cargos que especifica no Plano de Classificação de Cargos, instituído pela Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970, altera as Leis nº 10.486, de 4 de julho de 2002, e 5.662, de 21 de junho de 1971, e dá outras providências.....	801
Lei nº 9.608, de 18 de fevereiro de 1998 – Dispõe sobre o serviço voluntário e dá outras providências.....	686	Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Excertos) – Dispõe sobre o Estatuto da Pessoa Idosa e dá outras providências	801
Lei nº 9.609, de 19 de fevereiro de 1998 – Dispõe sobre a proteção da propriedade intelectual de programa de computador, sua comercialização no País, e dá outras providências.....	687	Lei nº 10.770, de 21 de novembro de 2003 (Excertos) – Dispõe sobre a criação de Varas do Trabalho nas Regiões da Justiça do Trabalho, define jurisdições e dá outras providências	803
Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998 (Excertos) – Institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências.....	688	Lei nº 10.779, de 25 de novembro de 2003 – Dispõe sobre a concessão do benefício de seguro desemprego, durante o período de defeso, ao pescador profissional que exerce a atividade pesqueira de forma artesanal.....	804
Lei nº 9.674, de 25 de junho de 1998 – Dispõe sobre o exercício da profissão de Bibliotecário e determina outras providências.....	698	• Regulamentada pelo Decreto nº 8.424/2015	
Lei nº 9.696, de 1º de setembro de 1998 – Dispõe sobre a regulamentação da Profissão de Educação Física e cria os respectivos Conselho Federal e Conselhos Regionais de Educação Física	700	Lei nº 10.803, de 11 de dezembro de 2003 – Altera o art. 149 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para estabelecer penas ao crime nele tipificado e indicar as hipóteses em que se configura condição análoga à de escravo ..	807
Lei nº 9.715, de 25 de novembro de 1998 – Dispõe sobre as contribuições para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público – PIS/PASEP, e dá outras providências	702	Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003 – Dispõe sobre a autorização para desconto de prestações em folha de pagamento, e dá outras providências.....	807
Lei nº 9.719, de 27 de novembro de 1998 – Dispõe sobre normas e condições gerais de proteção ao trabalho portuário, institui multas pela inobservância de seus preceitos, e dá outras providências.....	703	• Regulamentada pelo Decreto nº 4.840/2003	
Lei nº 9.800, de 26 de maio de 1999 – Permite às partes a utilização de sistema de transmissão de dados para a prática de atos processuais	785	Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003 (Excertos) – Altera a Legislação Tributária Federal e dá outras providências.....	812
Lei nº 9.867, de 10 de novembro de 1999 – Dispõe sobre a criação e o funcionamento de Cooperativas Sociais, visando à integração social dos cidadãos, conforme especifica.....	786	Lei nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004 – Altera a tributação do mercado financeiro e de capitais; institui o Regime Tributário para Incentivo à Modernização e à Ampliação da Estrutura Portuária – REPORTO; altera as Leis nºs 10.865, de 30 de abril de 2004, 8.850, de 28 de janeiro de 1994, 8.383, de 30 de dezembro de 1991, 10.522, de 19 de julho de 2002, 9.430, de 27 de dezembro de 1996, e 10.925, de 23 de julho de 2004; e dá outras providências....	813
Lei nº 9.962, de 22 de fevereiro de 2000 – Disciplina o regime de emprego público do pessoal da Administração federal direta, autárquica e fundacional, e dá outras providências	787	Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005 – Regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária.....	816
Lei nº 9.983, de 14 de julho de 2000 – Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal e dá outras providências.....	787	Lei nº 11.324, de 19 de julho de 2006 – Altera dispositivos das Leis nºs 9.250, de 26 de dezembro de 1995, 8.212, de 24 de julho de 1991, 8.213, de 24 de julho de 1991, e 5.859, de 11 de dezembro de	
Lei nº 10.101, de 19 de dezembro de 2000 – Dispõe sobre a participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa e dá outras providências ..	789		
Lei nº 10.192, de 14 de fevereiro de 2001 – Dispõe sobre medidas complementares ao Plano Real e dá outras providências.....	790		

1972; e revoga dispositivo da Lei nº 605, de 5 de janeiro de 1949.....	
Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Excertos) – Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências.....	848
Lei nº 11.350, de 5 de outubro de 2006 – Regulamenta o § 5º do art. 198 da Constituição, dispõe sobre o aproveitamento de pessoal amparado pelo parágrafo único do art. 2º da Emenda Constitucional nº 51, de 14 de fevereiro de 2006, e dá outras providências.....	848
Lei nº 11.417, de 19 de dezembro de 2006 – Regulamenta o art. 103-A da Constituição Federal e altera a Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, disciplinando a edição, a revisão e o cancelamento de enunciado de súmula vinculante pelo Supremo Tribunal Federal, e dá outras providências.....	883
Lei nº 11.419, de 19 de dezembro de 2006 – Dispõe sobre a informatização do processo judicial; altera a Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil; e dá outras providências.....	883
• Regulamento: IN TST 30/2007	
Lei nº 11.476, de 29 de maio de 2007 – Dispõe sobre a regulamentação das profissões de Enólogo e Técnico em Enologia.....	886
Lei nº 11.491, de 20 de junho de 2007 – Institui o Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FI-FGTS, altera a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, e dá outras providências....	886
Lei nº 11.648, de 31 de março de 2008 – Dispõe sobre o reconhecimento formal das centrais sindicais para os fins que especifica, altera a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e dá outras providências.....	893
Lei nº 11.685, de 2 de junho de 2008 – Institui o Estatuto do Garimpeiro e dá outras providências....	893
Lei nº 11.699, de 13 de junho de 2008 – Dispõe sobre as Colônias, Federações e Confederação Nacional dos Pescadores, regulamentando o parágrafo único do art. 8º da Constituição Federal e revoga dispositivo do Decreto-Lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967.....	904
Lei nº 11.760, de 31 de julho de 2008 – Dispõe sobre o exercício da profissão de Oceanógrafo.....	905
Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008 – Cria o Programa Empresa Cidadã, destinado à prorrogação da licença-maternidade mediante concessão de incentivo fiscal, e altera a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.....	905
• Regulamentada pelo Decreto nº 10.854/2021	
Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008 – Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis nºs 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6º da Medida Provisória nº 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.....	906
Lei nº 11.889, de 24 de dezembro de 2008 – Regulamenta o exercício das profissões de Técnico em Saúde Bucal – TSB e de Auxiliar em Saúde Bucal – ASB.....	908
Lei nº 11.901, de 12 de janeiro de 2009 – Dispõe sobre a profissão de Bombeiro Civil e dá outras providências.....	909
Lei nº 12.009, de 29 de julho de 2009 – Regulamenta o exercício das atividades dos profissionais em transporte de passageiros, “mototaxista”, em entrega de mercadorias e em serviço comunitário de rua, e “motoboy”, com o uso de motocicleta, altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, para dispor sobre regras de segurança dos serviços de transporte remunerado de mercadorias em motocicletas e motonetas – moto-frete –, estabelece regras gerais para a regulação deste serviço e dá outras providências.....	910
Lei nº 12.016, de 7 de agosto de 2009 – Disciplina o mandado de segurança individual e coletivo e dá outras providências.....	911
Lei nº 12.023, de 27 de agosto de 2009 – Dispõe sobre as atividades de movimentação de mercadorias em geral e sobre o trabalho avulso.....	913
Lei nº 12.198, de 14 de janeiro de 2010 – Dispõe sobre o exercício da profissão de Repentista.....	914
Lei nº 12.278, de 30 de junho de 2010 – Dispõe sobre a criação de cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores – DAS – destinados à Advocacia-Geral da União e à Procuradoria-Geral Federal.....	914
Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010 (Excertos) – Institui o Estatuto da Igualdade Racial; altera as Leis 7.716, de 5 de janeiro de 1989, 9.029, de 13 de abril de 1995, 7.347, de 24 de julho de 1985, e 10.778, de 24 de novembro de 2003.....	914
Lei nº 12.302, de 2 de agosto de 2010 – Regulamenta o exercício da profissão de Instrutor de Trânsito..	916
Lei nº 12.319, de 1º de setembro de 2010 – Regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS.....	917
Lei nº 12.395, de 16 de março de 2011 – Altera as Leis nºs 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desporto, e 10.891, de 9 de julho de 2004, que institui a Bolsa-Atleta; cria os Programas Atleta Pódio e Cidade Esportiva; revoga a Lei nº 6.354, de 2 de setembro de 1976; e dá outras providências.....	918

Lei nº 12.436, de 6 de julho de 2011 – Veda o emprego de práticas que estimulem o aumento de velocidade por motociclistas profissionais.....	919		
Lei nº 12.467, de 26 de agosto de 2011 – Dispõe sobre a regulamentação do exercício da profissão de Sommelier.....	919		
Lei nº 12.468, de 26 de agosto de 2011 – Regulamenta a profissão de taxista; altera a Lei nº 6.094, de 30 de agosto de 1974; e dá outras providências.....	919		
Lei nº 12.506, de 11 de outubro de 2011 – Dispõe sobre o aviso prévio e dá outras providências.....	920		
Lei nº 12.591, de 18 de janeiro de 2012 – Reconhece a profissão de Turismólogo e disciplina o seu exercício	920		
Lei nº 12.592, de 18 de janeiro de 2012 – Dispõe sobre o exercício das atividades profissionais de Cabeleireiro, Barbeiro, Esteticista, Manicure, Pedicure, Depilador e Maquiador	920		
Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012 – Dispõe sobre a organização e o funcionamento das Cooperativas de Trabalho; institui o Programa Nacional de Fomento às Cooperativas de Trabalho – PRONACOOP; e revoga o parágrafo único do art. 442 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943	514		
• Lei regulamentada: Lei 5.074/1971.			
Lei nº 12.790, de 14 de março de 2013 – Dispõe sobre a regulamentação do exercício da profissão de comerciante	923		
Lei nº 12.815, de 5 de junho de 2013 – Dispõe sobre a exploração direta e indireta pela União de portos e instalações portuárias e sobre as atividades desempenhadas pelos operadores portuários; altera as Leis nºs 5.025, de 10 de junho de 1966, 10.233, de 5 de junho de 2001, 10.683, de 28 de maio de 2003, 9.719, de 27 de novembro de 1998, e 8.213, de 24 de julho de 1991; revoga as Leis nºs 8.630, de 25 de fevereiro de 1993, e 11.610, de 12 de dezembro de 2007, e dispositivos das Leis nºs 11.314, de 3 de julho de 2006, e 11.518, de 5 de setembro de 2007; e dá outras providências.....	923		
Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014 – Estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da internet no Brasil.....	932		
Lei nº 12.984, de 2 de junho de 2014 – Define o crime de discriminação dos portadores do vírus da imunodeficiência humana (HIV) e doentes de Aids	935		
Lei nº 12.990, de 9 de junho de 2014 – Reserva aos negros 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública federal, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União.....	936		
Lei nº 13.103, de 2 de março de 2015 – Dispõe sobre o exercício da profissão de motorista; altera a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis 9.503, de 23 de setembro de 1997 – Código de Trânsito Brasileiro, e 11.442, de 5 de janeiro de 2007 (empresas e transportadores autônomos de carga), para disciplinar a jornada de trabalho e o tempo de direção do motorista profissional; altera a Lei 7.408, de 25 de novembro de 1985; revoga dispositivos da Lei 12.619, de 30 de abril de 2012; e dá outras providências.....			938
• Regulamentada pelo Decreto nº 8.433/2015			
Lei nº 13.134, de 16 de junho de 2015 – Altera as Leis 7.998, de 11 de janeiro de 1990, que regula o Programa do Seguro-Desemprego e o Abono Salarial e institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), 10.779, de 25 de novembro de 2003, que dispõe sobre o seguro-desemprego para o pescador artesanal, e 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os planos de benefícios da Previdência Social; revoga dispositivos da Lei 7.998, de 11 de janeiro de 1990, e as Leis 7.859, de 25 de outubro de 1989, e 8.900, de 30 de junho de 1994; e dá outras providências.....			948
Lei nº 13.135, de 17 de junho de 2015 – Altera as Leis 8.213, de 24 de julho de 1991, 10.876, de 2 de junho de 2004, 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e 10.666, de 8 de maio de 2003, e dá outras providências			948
Lei nº 13.140, de 26 de junho de 2015 – Dispõe sobre a mediação entre particulares como meio de solução de controvérsias e sobre a autocomposição de conflitos no âmbito da administração pública; altera a Lei 9.469, de 10 de julho de 1997, e o Decreto 70.235, de 6 de março de 1972; e revoga o § 2º do art. 6º da Lei 9.469, de 10 de julho de 1997.....			948
Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Excertos) – Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) ...			952
Lei nº 13.155, de 4 de agosto de 2015 – Estabelece princípios e práticas de responsabilidade fiscal e financeira e de gestão transparente e democrática para entidades desportivas profissionais de futebol; institui parcelamentos especiais para recuperação de dívidas pela União, cria a Autoridade Pública de Governança do Futebol – APFUT; dispõe sobre a gestão temerária no âmbito das entidades desportivas profissionais; cria a Loteria Exclusiva – LO-TEX; altera as Leis nos 9.615, de 24 de março de 1998, 8.212, de 24 de julho de 1991, 10.671, de 15 de maio de 2003, 10.891, de 9 de julho de 2004, 11.345, de 14 de setembro de 2006, e 11.438, de 29 de dezembro de 2006, e os Decretos-Leis nos 3.688, de 3 de outubro de 1941, e 204, de 27 de fevereiro de 1967; revoga a Medida Provisória no 669, de 26 de fevereiro de 2015; cria programa de iniciação esportiva escolar; e dá outras providências.....			965
Lei nº 13.189, de 19 de novembro de 2015 – Institui o Programa Seguro-Emprego – PSE			972

Lei nº 13.271, de 15 de abril de 2016 – Dispõe sobre a proibição de revista íntima de funcionárias nos locais de trabalho e trata da revista íntima em ambientes prisionais.....	974	Lei nº 13.475, de 28 de agosto de 2017 – Dispõe sobre o exercício da profissão de tripulante de aeronave, denominado aeronauta; e revoga a Lei nº 7.183, de 5 de abril de 1984	998
Lei nº 13.301, de 27 de junho de 2016 – Dispõe sobre a adoção de medidas de vigilância em saúde quando verificada situação de iminente perigo à saúde pública pela presença do mosquito transmissor do vírus da dengue, do vírus chikungunya e do vírus da zika; e altera a Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977.....	977	Lei nº 13.667, de 17 de maio de 2018 – Dispõe sobre o Sistema Nacional de Emprego (Sine), criado pelo Decreto nº 76.403, de 8 de outubro de 1975...	1005
Lei nº 13.352, de 27 de outubro de 2016 – Altera a Lei nº 12.592, de 18 de janeiro 2012, para dispor sobre o contrato de parceria entre os profissionais que exercem as atividades de Cabeleireiro, Barbeiro, Esteticista, Manicure, Pedicure, Depilador e Maquiador e pessoas jurídicas registradas como salão de beleza.....	985	Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD)	1009
Lei nº 13.363, de 25 de novembro de 2016 – Altera a Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994, e a Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), para estipular direitos e garantias para a advogada gestante, lactante, adotante ou que der à luz e para o advogado que se tornar pai.....	985	Lei nº 13.846, de 18 de junho de 2019 – Institui o Programa Especial para Análise de Benefícios com Índícios de Irregularidade, o Programa de Revisão de Benefícios por Incapacidade, o Bônus de Desempenho Institucional por Análise de Benefícios com Índícios de Irregularidade do Monitoramento Operacional de Benefícios e o Bônus de Desempenho Institucional por Perícia Médica em Benefícios por Incapacidade; altera as Leis nºs 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 7.783, de 28 de junho de 1989, 8.112, de 11 de dezembro de 1990, 8.212, de 24 de julho de 1991, 8.213, de 24 de julho de 1991, 8.742, de 7 de dezembro de 1993, 9.620, de 2 de abril de 1998, 9.717, de 27 de novembro de 1998, 9.796, de 5 de maio de 1999, 10.855, de 1º de abril de 2004, 10.876, de 2 de junho de 2004, 10.887, de 18 de junho de 2004, 11.481, de 31 de maio de 2007, e 11.907, de 2 de fevereiro de 2009; e revoga dispositivo da Lei nº 10.666, de 8 de maio de 2003, e a Lei nº 11.720, de 20 de junho de 2008	1028
Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017 – Altera as Leis nºs 9.394, de 20.12.1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e nº 11.494, de 20.06.2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral	987	Lei nº 13.872, de 17 de setembro de 2019 – Estabelece o direito de as mães amamentarem seus filhos durante a realização de concursos públicos na administração pública direta e indireta dos Poderes da União	1034
Lei nº 13.419, de 13 de março de 2017 – Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para disciplinar o rateio, entre empregados, da cobrança adicional sobre as despesas em bares, restaurantes, hotéis, motéis e estabelecimentos similares.....	988	Lei nº 13.874, de 20 de setembro de 2019 – Institui a Declaração de Direitos de Liberdade Econômica; estabelece garantias de livre mercado; altera as Leis nºs 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), 6.404, de 15 de dezembro de 1976, 11.598, de 3 de dezembro de 2007, 12.682, de 9 de julho de 2012, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 10.522, de 19 de julho de 2002, 8.934, de 18 de novembro 1994, o Decreto-Lei nº 9.760, de 5 de setembro de 1946 e a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943; revoga a Lei Delegada nº 4, de 26 de setembro de 1962, a Lei nº 11.887, de 24 de dezembro de 2008, e dispositivos do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966; e dá outras providências.....	1034
Lei nº 13.420, de 13 de março de 2017 – Altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para incentivar a formação técnico-profissional de adolescentes e jovens em áreas relacionadas à gestão e prática de atividades desportivas e à prestação de serviços relacionados à infraestrutura, à organização e à promoção de eventos esportivos e dá outras providências.....	988	Lei nº 13.932, de 11 de dezembro de 2019 – Altera a Lei Complementar nº 26, de 11 de setembro de 1975, e as Leis nºs 8.036, de 11 de maio de 1990, 8.019, de 11 de abril de 1990, e 10.150, de 21 de dezembro de 2000, para instituir a modalidade de saque-aniversário no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e assegurar o equilíbrio econômico-financeiro do Fundo, dispor sobre a movimentação das contas do Programa de Integração Social (PIS) e do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep) e sobre a devolução de recursos ao Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), alterar disposições sobre as dívidas do Fundo de Compensação de Variações Salariais	
Lei nº 13.429, de 31 de março de 2017 – Altera dispositivos da Lei nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, que dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas e dá outras providências; e dispõe sobre as relações de trabalho na empresa de prestação de serviços a terceiros.....	996		
Lei nº 13.432, de 11 de abril de 2017 – Dispõe sobre o exercício da profissão de detetive particular.....	996		

(FCVS), e extinguir a cobrança da contribuição de 10% (dez por cento) devida pelos empregadores em caso de despedida sem justa causa	1052	judicial e à falência do empresário e da sociedade empresária.....	1075
Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020 – Dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019	1054	Lei nº 14.128, de 26 de março de 2021 – Dispõe sobre compensação financeira a ser paga pela União aos profissionais e trabalhadores de saúde que, durante o período de emergência de saúde pública de importância nacional decorrente da disseminação do novo coronavírus (SARS-CoV-2), por terem trabalhado no atendimento direto a pacientes acometidos pela Covid-19, ou realizado visitas domiciliares em determinado período de tempo, no caso de agentes comunitários de saúde ou de combate a endemias, tornarem-se permanentemente incapacitados para o trabalho, ou ao seu cônjuge ou companheiro, aos seus dependentes e aos seus herdeiros necessários, em caso de óbito; e altera a Lei nº 605, de 5 de janeiro de 1949	1091
Lei nº 13.985, de 7 de abril de 2020 – Institui pensão especial destinada a crianças com Síndrome Congênita do Zika Vírus, nascidas entre 1º de janeiro de 2015 e 31 de dezembro de 2019, beneficiárias do Benefício de Prestação Continuada (BPC).....	1059	Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 (Excertos) – Lei de Licitações e Contratos Administrativos.....	1092
Lei nº 13.997, de 6 de maio de 2020 – Autoriza a prorrogação de contratos por tempo determinado no âmbito do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.....	1060	Lei nº 14.151, de 12 de maio de 2021 – Dispõe sobre o afastamento da empregada gestante das atividades de trabalho presencial durante a emergência de saúde pública de importância nacional decorrente do novo coronavírus	1095
Lei nº 14.010, de 10 de junho de 2020 – Dispõe sobre o Regime Jurídico Emergencial e Transitório das relações jurídicas de Direito Privado (RJET) no período da pandemia do coronavírus (Covid-19)...	1060	Lei nº 14.176, de 22 de junho de 2021 – Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, para estabelecer o critério de renda familiar per capita para acesso ao benefício de prestação continuada, estipular parâmetros adicionais de caracterização da situação de miserabilidade e de vulnerabilidade social e dispor sobre o auxílio-inclusão de que trata a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência); autoriza, em caráter excepcional, a realização de avaliação social mediada por meio de videoconferência; e dá outras providências.....	1095
Lei nº 14.020, de 6 de julho de 2020 – Institui o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda; dispõe sobre medidas complementares para enfrentamento do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus, de que trata a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020; altera as Leis nºs 8.213, de 24 de julho de 1991, 10.101, de 19 de dezembro de 2000, 12.546, de 14 de dezembro de 2011, 10.865, de 30 de abril de 2004, e 8.177, de 1º de março de 1991; e dá outras providências.....	1061	Lei nº 14.179, de 30 de junho de 2021 – Estabelece normas para facilitação de acesso a crédito e para mitigação dos impactos econômicos decorrentes da pandemia da Covid-19; e revoga dispositivos das Leis nos 8.870, de 15 de abril de 1994, e 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil).....	1099
Lei nº 14.038, de 17 de agosto de 2020 – Dispõe sobre a regulamentação da profissão de Historiador e dá outras providências.....	1067	Lei nº 14.289, de 3 de janeiro de 2022 – Torna obrigatória a preservação do sigilo sobre a condição de pessoa que vive com infecção pelos vírus da imunodeficiência humana (HIV) e das hepatites crônicas (HBV e HCV) e de pessoa com hanseníase e com tuberculose, nos casos que estabelece; e altera a Lei nº 6.259, de 30 de outubro de 1975	1189
Lei nº 14.043, de 19 de agosto de 2020 – Institui o Programa Emergencial de Suporte a Empregos; altera as Leis nos 9.430, de 27 de dezembro de 1996, e 13.999, de 18 de maio de 2020; e dá outras providências.....	1067	Lei nº 14.297, de 5 de janeiro de 2022 – Dispõe sobre medidas de proteção asseguradas ao entregador que presta serviço por intermédio de empresa de aplicativo de entrega durante a vigência da emergência em saúde pública decorrente do coronavírus responsável pela covid-19	1190
Lei nº 14.047, de 24 de agosto de 2020 – Dispõe sobre medidas temporárias para enfrentamento da pandemia da Covid-19 no âmbito do setor portuário, sobre a cessão de pátios da administração pública e sobre o custeio das despesas com serviços de estacionamento para a permanência de aeronaves de empresas nacionais de transporte aéreo regular de passageiros em pátios da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero); e altera as Leis nºs 9.719, de 27 de novembro de 1998, 7.783, de 28 de junho de 1989, 12.815, de 5 de junho de 2013, 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e 10.233, de 5 de junho de 2001.....	1070	Lei nº 14.311, de 9 de março de 2022 – Altera a Lei nº 14.151, de 12 de maio de 2021, para disciplinar o afastamento da empregada gestante, inclusive a doméstica, não imunizada contra o coronavírus SARS-Cov-2 das atividades de trabalho presencial quando a atividade laboral por ela exercida for incompatível com a sua realização em seu domicílio,	
Lei nº 14.112, de 24 de dezembro de 2020 – Altera as Leis nºs 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, 10.522, de 19 de julho de 2002, e 8.929, de 22 de agosto de 1994, para atualizar a legislação referente à recuperação judicial, à recuperação extra-			

por meio de teletrabalho, trabalho remoto ou outra forma de trabalho a distância, nos termos em que específica	1191	Lei 14.967/2024 – Institui o Estatuto da Segurança Privada e da Segurança das Instituições Financeiras; altera a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003 (Estatuto do Desarmamento), a Lei nº 10.446, de 8 de maio de 2002, a Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002, a Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, e o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal); revoga a Lei nº 7.102, de 20 de junho de 1983, a Lei nº 8.863, de 28 de março de 1994, e dispositivos da Lei nº 11.718, de 20 de junho de 2008, da Lei nº 9.017, de 30 de março de 1995, e da Medida Provisória nº 2.184-23, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.....	1228
Lei nº 14.457, de 21 de setembro de 2022 – Institui o Programa Emprega + Mulheres; e altera a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis nºs 11.770, de 9 de setembro de 2008, 13.999, de 18 de maio de 2020, e 12.513, de 26 de outubro de 2011	1201		
Lei nº 14.597, de 14 de junho de 2023 (Excertos) – Institui a Lei Geral do Esporte.....	1205		
Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023 (Excertos) – Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios; altera as Leis nos 9.984, de 17 de julho de 2000, 9.433, de 8 de janeiro de 1997, 8.001, de 13 de março de 1990, 14.204, de 16 de setembro de 2021, 11.445, de 5 de janeiro de 2007, 13.334, de 13 de setembro de 2016, 12.897, de 18 de dezembro de 2013, 8.745, de 9 de dezembro de 1993, 9.069, de 29 de junho de 1995, e 10.668, de 14 de maio de 2003; e revoga dispositivos das Leis nos 13.844, de 18 de junho de 2019, 13.901, de 11 de novembro de 2019, 14.261, de 16 de dezembro de 2021, e as Leis nos 8.028, de 12 de abril de 1990, e 14.074, de 14 de outubro de 2020.....	1216		
Lei nº 14.611, de 3 de julho de 2023 – Dispõe sobre a igualdade salarial e de critérios remuneratórios entre mulheres e homens; e altera a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.....	1216		
Lei nº 14.682, de 20 de setembro de 2023 – Cria o selo Empresa Amiga da Mulher.....	1217		
Lei nº 14.683, de 20 de setembro de 2023 – Institui o selo Empresa Amiga da Amamentação, para estimular o desenvolvimento de ações de incentivo ao aleitamento materno.....	1217		
Lei nº 14.725, de 16 de novembro de 2023 – Regula a profissão de sanitarista.....	1218		
Lei nº 14.786, de 28 de dezembro de 2023 – Cria o protocolo “Não é Não”, para prevenção ao constrangimento e à violência contra a mulher e para proteção à vítima; institui o selo “Não é Não - Mulheres Seguras”; e altera a Lei nº 14.597, de 14 de junho de 2023 (Lei Geral do Esporte)	1219		
Lei nº 14.821, de 16 de janeiro de 2024 – Institui a Política Nacional de Trabalho Digno e Cidadania para a População em Situação de Rua (PNTC PopRua).....	1220		
Lei nº 14.824, de 20 de março de 2024 – Dispõe sobre a composição, o funcionamento e a competência do Conselho Superior da Justiça do Trabalho; e altera a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943	1224		
Lei nº 14.831, de 27 de março de 2024 – Institui o Certificado Empresa Promotora da Saúde Mental e estabelece os requisitos para a concessão da certificação.....	1227		
		LEIS COMPLEMENTARES	
		Lei Complementar nº 7, de 7 de setembro de 1970 – Institui o Programa de Integração Social, e dá outras providências.....	512
		Lei Complementar nº 8, de 3 de dezembro de 1970 – Institui o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público, e dá outras providências.....	513
		Lei Complementar nº 26, de 11 de setembro de 1975 – Altera disposições da legislação que regula o Programa de Integração Social (PIS) e o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP).....	522
		Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993 (Excertos) – Dispõe sobre a organização, as atribuições e o estatuto do Ministério Público da União...	639
		Lei Complementar nº 103, de 14 de julho de 2000 – Autoriza os Estados e o Distrito Federal a instituir o piso salarial a que se refere o inciso V do art. 7º da Constituição Federal, por aplicação do disposto no parágrafo único do seu art. 22.....	787
		Lei Complementar nº 110, de 29 de junho de 2001 – Institui contribuições sociais, autoriza créditos de complementos de atualização monetária em contas vinculadas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS e dá outras providências.....	792
		• Regulamentada pelo Decreto nº 3.914/2001	
		Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 – Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte; altera dispositivos das Leis 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei 5.452, de 1º de maio de 1943, da Lei 10.189, de 14 de fevereiro de 2001, da Lei Complementar 63, de 11 de janeiro de 1990; e revoga as Leis 9.317, de 5 de dezembro de 1996, e 9.841, de 5 de outubro de 1999	853
		Lei Complementar nº 146, de 25 de junho de 2014 – Estende a estabilidade provisória prevista na alínea b do inciso II do art. 10 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias à trabalhadora gestante, nos casos de morte desta, a quem detiver a guarda de seu filho	936
		Lei Complementar nº 150, de 1º de junho de 2015 – Dispõe sobre o contrato de trabalho doméstico; altera as Leis 8.212, de 24 de julho de 1991, 8.213, de 24 de julho de 1991, e 11.196, de 21 de novembro de 2005; revoga o inciso I do art. 3º da Lei 8.009, de	

29 de março de 1990, o art. 36 da Lei 8.213, de 24 de julho de 1991, a Lei 5.859, de 11 de dezembro de 1972, e o inciso VII do art. 12 da Lei 9.250, de 26 de dezembro 1995; e dá outras providências...

Lei Complementar nº 155, de 27 de outubro de 2016 – Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para reorganizar e simplificar a metodologia de apuração do imposto devido por optantes pelo Simples Nacional; altera as Leis nºs 9.613, de 3 de março de 1998, 12.512, de 14 de outubro de 2011, e 7.998, de 11 de janeiro de 1990; e revoga dispositivo da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991

DECRETOS

Decreto nº 80.281, de 5 de setembro de 1977 – Regulamenta a Residência Médica, cria a Comissão Nacional de Residência Médica e dá outras providências

Decreto nº 85.845, de 26 de março de 1981 – Regulamenta a Lei nº 6.858, de 24 de novembro de 1980, que dispõe sobre o pagamento, aos dependentes ou sucessores, de valores não recebidos em vida pelos respectivos titulares.....

• Lei regulamentada: Lei 6.858/1980

Decreto nº 89.531, de 05 de abril de 1984 – Regulamenta a Lei nº 6.888, de 10 de dezembro de 1980, que dispõe sobre o exercício da profissão de sociólogo e dá outras providências

• Lei regulamentada: Lei 6.888/1980.

Decreto nº 92.530, de 9 de abril de 1986 – Regulamenta a Lei nº 7.410, de 27 de novembro de 1985, que dispõe sobre a especialização de Engenheiros e Arquitetos em Engenharia de Segurança do Trabalho, a profissão de Técnico de Segurança do Trabalho e dá outras providências

• Lei regulamentada: Lei 7.410/1985

Decreto nº 92.790, de 17 de junho de 1986 – Regulamenta a Lei nº 7.394, de 29 de outubro de 1985, que regula o exercício da profissão de Técnico em Radiologia e dá outras providências.....

• Lei regulamentada: Lei 7.394/1985

Decreto nº 94.406, de 8 de junho de 1987 – Regulamenta a Lei nº 7.498, de 25 de junho de 1986, que dispõe sobre o exercício da enfermagem, e dá outras providências.....

Decreto nº 99.684, de 8 de novembro de 1990 – Consolida as normas regulamentares do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS)

Decreto nº 1.480, de 3 de maio de 1995 – Dispõe sobre os procedimentos a serem adotados em casos de paralisações dos serviços públicos federais, enquanto não regulado o disposto no art. 37, inciso VII, da Constituição

Decreto nº 2.067, de 12 de novembro de 1996 – Promulga o Protocolo de Cooperação e Assistência Jurisdicional em Matéria Civil, Comercial, Trabalhista e Administrativa.....

Decreto nº 3.048, de 6 de maio de 1999 – Aprova o Regulamento da Previdência Social, e dá outras providências.....

Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999 (Excertos) – Regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências.....

• Lei regulamentada: Lei 7.853/1989

Decreto nº 3.914, de 11 de setembro de 2001 – Dispõe sobre a regulamentação das contribuições sociais instituídas pela Lei Complementar nº 110, de 29 de junho de 2001.....

Decreto nº 4.552, de 27 de dezembro de 2002 – Aprova o Regulamento da Inspeção do Trabalho....

Decreto nº 4.840, de 17 de setembro de 2003 – Regulamenta a Medida Provisória nº 130, de 17 de setembro de 2003, que dispõe sobre a autorização para desconto de prestações em folha de pagamento, e dá outras providências.....

Decreto nº 5.113, de 22 de junho de 2004 – Regulamenta o art. 20, inciso XVI, da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, e dá outras providências.....

Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008 – Regulamenta os artigos 3º, alínea “d”, e 4º da Convenção 182 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) que trata da proibição das piores formas de trabalho infantil e ação imediata para sua eliminação, aprovada pelo Decreto Legislativo nº 178, de 14 de dezembro de 1999, e promulgada pelo Decreto nº 3.597, de 12 de setembro de 2000, e dá outras providências.....

Decreto nº 8.424, de 31 de março de 2015 – Regulamenta a Lei 10.779, de 25 de novembro de 2003, para dispor sobre a concessão do benefício de seguro-desemprego, durante o período de defesa, ao pescador profissional artesanal que exerce sua atividade exclusiva e ininterruptamente

Decreto nº 8.426, de 1º de abril de 2015 – Restabelece as alíquotas da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS incidentes sobre receitas financeiras auferidas pelas pessoas jurídicas sujeitas ao regime de apuração não cumulativa das referidas contribuições.....

Decreto nº 8.433, de 16 de abril de 2015 – Dispõe sobre a regulamentação dos art. 9º a art. 12, art. 17 e art. 22 da Lei 13.103, de 2 de março de 2015.....

Decreto nº 8.989, de 14 de fevereiro de 2017 – Altera o Decreto nº 99.684, de 8 de novembro de 1990, que aprova o Regulamento Consolidado do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, para dispor sobre normas regulamentares do saque da conta vinculada do referido Fundo ..

Decreto nº 9.499, de 10 de setembro de 2018 – Promulga o Mecanismo para o Exercício Profissional Temporário, aprovado pela Decisão CMC 25/03, do Conselho Mercado Comum, firma-

da na XXV Reunião de Cúpula do Mercosul, em Montevideu, em 15 de dezembro de 2003.....	1020	nicos estrangeiros, com estipulação de pagamento de salários em moeda estrangeira, de diversas disposições da legislação trabalhista, e dá outras providências	512
Decreto nº 9.579, de 22 de novembro de 2018 (Excertos) – Consolida atos normativos editados pelo Poder Executivo federal que dispõem sobre a temática do lactente, da criança e do adolescente e do aprendiz, e sobre o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, o Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente e os programas federais da criança e do adolescente, e dá outras providências.....	1022	Decreto-lei nº 779, de 21 de agosto de 1969 – Dispõe sobre a aplicação de normas processuais trabalhistas à União Federal, aos Estados, Municípios, Distrito Federal e Autarquias ou Fundações de direito público que não explorem atividade econômica...	512
Decreto nº 10.088, de 5 de novembro de 2019 (Excertos) – Consolida atos normativos editados pelo Poder Executivo Federal que dispõem sobre a promulgação de convenções e recomendações da Organização Internacional do Trabalho – OIT ratificadas pela República Federativa do Brasil	1044	ATOS	
Decreto nº 10.854, de 10 de novembro de 2021 – Regulamenta disposições relativas à legislação trabalhista e institui o Programa Permanente de Consolidação, Simplificação e Desburocratização de Normas Trabalhistas Infralegais e o Prêmio Nacional Trabalhista, e altera o Decreto nº 9.580, de 22 de novembro de 2018.....	1173	Ato TST nº 491, de 23 de setembro de 2014 – Aplicação da Lei nº 13.015/2014.....	936
Decreto nº 11.034, de 5 de abril de 2022 – Regulamenta a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, para estabelecer diretrizes e normas sobre o Serviço de Atendimento ao Consumidor.....	1191	Ato Conjunto CSJT.GP.CGJT nº 1, de 4 de maio de 2016 – Dispõe sobre a Plataforma Tecnológica do Sistema de Gerenciamento de Informações Administrativas e Judiciárias da Justiça do Trabalho (e-Gestão)	977
Decreto nº 11.864, de 27 de dezembro de 2023 – Dispõe sobre o valor do salário mínimo a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2024	1218	Ato Conjunto TST e CSJT e CGJT nº 34, de 17 de agosto de 2021 – Regulamenta os procedimentos para a realização de audiências de conciliação em processos que tramitam em grau de recurso no Tribunal Superior do Trabalho.....	1099
Decreto 12.174/2024 – Dispõe sobre as garantias trabalhistas a serem observadas na execução dos contratos administrativos no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.....	1237	ATO SEGJUD.GP nº 366, de 15 de julho de 2024 – Divulga os novos valores referentes aos limites de depósito recursal previstos no artigo 899 da CLT	1228
DECRETO-LEI		PORTARIAS	
Decreto-lei nº 4.657, de 04 de setembro de 1942 – Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro.....	443	Portaria MTP nº 667, de 8 de novembro de 2021 – Aprova normas para a organização e tramitação dos processos de auto de infração, de notificação de débito do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS e da Contribuição Social; regulamenta o Sistema Eletrônico de Processo Administrativo Trabalhista; estabelece parâmetros para a aplicação das multas administrativas de valor variável, previstas na legislação trabalhista; e disciplina os procedimentos administrativos de emissão da certidão de débitos, oferta de vista, extração de cópia, verificação anual dos processos administrativos e procedimento para autorização do saque de FGTS pelo empregador, quando recolhido a empregados não optantes.	1101
Decreto-lei nº 8.778, de 22 de janeiro de 1946 – Regula os exames de habilitação para os Auxiliares de Enfermagem e Parteiros Práticas	549	Portaria MTP nº 671, de 8 de novembro de 2021 – Regulamenta disposições relativas à legislação trabalhista, à inspeção do trabalho, às políticas públicas e às relações de trabalho.....	1115
• Lei regulamentada: Lei 7.498/1986		Portaria MTP nº 672, de 8 de novembro de 2021 – Disciplina os procedimentos, programas e condições de segurança e saúde no trabalho e dá outras providências.....	1153
Decreto-lei nº 229, de 28 de fevereiro de 1967 (Excertos) – Altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei 5.452, de 1º de maio de 1943, e dá outras providências ..	510	PORTARIAS CONJUNTAS	
Decreto-lei nº 368, de 19 de dezembro de 1968 – Dispõe sobre efeitos de débitos salariais e dá outras providências.....	511	Portaria Conjunta SEPRT/RFB nº 71, de 29 de junho de 2021 – Dispõe sobre o cronograma de implantação do Sistema Simplificado de Escrituração Digital de Obrigações Previdenciárias, Trabalhistas e Fiscais (eSocial). (Processo nº 19964.107809/2021-34).....	1097
Decreto-lei nº 509, de 20 de março de 1969 (Excertos) – Dispõe sobre a transformação do Departamento dos Correios e Telégrafos em empresa pública, e dá outras providências.....	511		
Decreto-lei nº 691, de 18 de julho de 1969 – Dispõe sobre a não aplicação, aos contratos de téc-			

INSTRUÇÕES NORMATIVAS

Instrução Normativa TST nº 3, de 5 de março de 1993 – Interpreta o art. 8.º da Lei nº 8.542, de 23/12/92 (DOU de 24/12/1992), que trata do depósito para recurso nas ações na Justiça do Trabalho e a Lei nº 12.275, de 29 de junho de 2010, que altera a redação do inciso I do § 5º do art. 897 e acresce o § 7º ao art. 899, ambos da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943	638	Instrução Normativa TST nº 27, de 16 de fevereiro de 2005 – Dispõe sobre normas procedimentais aplicáveis ao processo do trabalho em decorrência da ampliação da competência da Justiça do Trabalho pela Emenda Constitucional nº 45/2004	847
Instrução Normativa TST nº 8, de 22 de agosto de 1996 – Uniformiza a interpretação das normas legais aplicáveis às eleições para os cargos de direção e de substituição dos Tribunais do Trabalho.....	671	Instrução Normativa TST nº 29, de 4 de agosto de 2005 – Dispõe sobre a prioridade na tramitação dos processos em que é parte pessoa portadora de deficiência	847
Instrução Normativa TST nº 10, de 20 de março de 1997 – Uniformiza procedimentos a serem adotados relativamente às contribuições previdenciárias dos representantes classistas.....	680	Instrução Normativa TST nº 30, de 13 de setembro de 2007 – Regulamenta, no âmbito da Justiça do Trabalho, a Lei nº 11.419, de 19 de dezembro de 2006, que dispõe sobre a informatização do processo judicial.....	887
Instrução Normativa TST nº 12, de 12 de junho de 1997 – Estabelece procedimentos para a habilitação e o provimento de cargos da magistratura classista temporária de 1ª e 2ª instâncias da Justiça do Trabalho e dá outras providências	680	Instrução Normativa TST nº 31, de 27 de setembro de 2007 – Regulamenta a forma de realização do depósito prévio em ação rescisória de que trata o art. 836 da CLT, com redação dada pela Lei nº 11.495, de 22 de junho de 2007.....	890
Instrução Normativa TST nº 13, de 9 de outubro de 1997 – Dispõe sobre a concessão de adicional por tempo de serviço aos representantes classistas da Justiça do Trabalho e dá outras providências ..	684	Instrução Normativa TST nº 32, de 19 de dezembro de 2007 – Uniformiza procedimentos para a expedição de Precatórios e Requisições de Pequeno Valor no âmbito da Justiça do Trabalho e dá outras providências.....	891
Instrução Normativa TST nº 16, de 3 de setembro de 1999 – Uniformiza a interpretação da Lei nº 9.756, de 17 de dezembro de 1998, com relação a agravo de instrumento.....	785	Instrução Normativa TST nº 34, de 16 de novembro de 2009 – Dispõe sobre a guia a ser utilizada, na Justiça do Trabalho, para o recolhimento do depósito prévio destinado à propositura de ação anulatória de débito fiscal resultante de penalidade administrativa imposta por autoridade do Ministério do Trabalho e Emprego	914
Instrução Normativa TST nº 17, de 17 de dezembro de 1999 – Uniformiza a interpretação da Lei nº 9.756, de 17 de dezembro de 1998, com relação ao recurso de revista.....	786	Instrução Normativa TST nº 36, de 14 de novembro de 2012 – Regulamenta, na Justiça do Trabalho, o acolhimento e o levantamento de depósitos judiciais	921
Instrução Normativa TST nº 18, de 17 de dezembro de 1999 – Dispõe sobre a comprovação do depósito recursal na Justiça do Trabalho	786	Instrução Normativa TST nº 38, de 10 de novembro de 2015 – Regulamenta o procedimento do Incidente de Julgamento dos Recursos de Revista e de Embargos repetitivos à Subseção I Especializada em Dissídios Individuais (SBDI-1) do Tribunal Superior do Trabalho repetitivos.....	970
Instrução Normativa TST nº 19, de 27 de abril de 2000 – Aprova normas relativas à inserção de tema na Orientação Jurisprudencial do Tribunal Superior do Trabalho.....	787	Instrução Normativa TST nº 39, de 15 de março de 2016 – Dispõe sobre as normas do Código de Processo Civil de 2015 aplicáveis e inaplicáveis ao Processo do Trabalho, de forma não exaustiva	974
Instrução Normativa TST nº 20, de 7 de novembro de 2002 – Dispõe sobre os procedimentos para o recolhimento de custas e emolumentos devidos à União no âmbito da Justiça do Trabalho.....	795	Instrução Normativa TST nº 40, de 15 de março de 2016 – Dispõe sobre o cabimento de agravo de instrumento em caso de admissibilidade parcial de recurso de revista no Tribunal Regional do Trabalho e dá outras providências	976
Instrução Normativa TST nº 24, de 2 de outubro de 2003 – Dispõe sobre a faculdade de o Ministro Presidente do Tribunal Superior do Trabalho designar audiência prévia de conciliação, no caso de pedido de efeito suspensivo a recurso ordinário interposto à decisão normativa da Justiça do Trabalho	803	Instrução Normativa nº TST 41, de 21 de junho de 2018 – Dispõe sobre a aplicação das normas proces-	

suais da Consolidação das Leis do Trabalho alterada pela Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017.....	1008	Resolução nº 235, de 13 de julho de 2016, do Conselho Nacional de Justiça – CNJ – Dispõe sobre a padronização de procedimentos administrativos decorrentes de julgamentos de repercussão geral, de casos repetitivos e de incidente de assunção de competência previstos na Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), no Superior Tribunal de Justiça, no Tribunal Superior Eleitoral, no Tribunal Superior do Trabalho, no Superior Tribunal Militar, nos Tribunais Regionais Federais, nos Tribunais Regionais do Trabalho e nos Tribunais de Justiça dos Estados e do Distrito Federal, e dá outras providências.....	978
Instrução Normativa RFB Nº 2.005/2021 – Dispõe sobre a apresentação da Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais (DCTF) e da Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais Previdenciários e de Outras Entidades e Fundos (DCTFWeb).....	1078		
Instrução Normativa MTP nº 2, de 8 de novembro de 2021 (Excertos) – Dispõe sobre os procedimentos a serem observados pela Auditoria-Fiscal do Trabalho nas situações elencadas.....	1172		
Instrução Normativa Transitória TST Nº 41-A – Dispõe sobre os recursos em incidente de resolução de demandas repetitivas ou incidente de assunção de competência julgados nos Tribunais Regionais do Trabalho.....	1238	Resolução nº 174, de 30 de setembro de 2016, do Conselho Superior da Justiça do Trabalho – CSJT – Dispõe sobre a política judiciária nacional de tratamento adequado das disputas de interesses no âmbito do Poder Judiciário Trabalhista e dá outras providências.....	980
RESOLUÇÕES			
Resolução Administrativa TST nº 1.276, de 22 de novembro de 2007 – Dispõe sobre a criação, composição e competência do Órgão Especial do Tribunal Superior do Trabalho, e sobre a competência do Tribunal Pleno.....	890	Resolução Administrativa nº 1.860, de 28 de novembro de 2016, do Tribunal Superior do Trabalho – TST – Regulamenta o julgamento em ambiente eletrônico, por meio do Plenário Virtual, em todos os órgãos judicantes do Tribunal Superior do Trabalho – TST.....	985
Resolução Administrativa TST nº 1.340, de 1º de junho de 2009 – Referenda ato da Presidência que autoriza o Presidente do Tribunal a decidir, monocraticamente, os agravos de instrumento em recurso de revista e os recursos de revista pendentes de distribuição, nas hipóteses que especifica.....	910	Resolução nº 185, de 24 de março de 2017, do Conselho Superior da Justiça do Trabalho – CSJT – Dispõe sobre a padronização do uso, governança, infraestrutura e gestão do Sistema Processo Judicial Eletrônico (PJe) instalado na Justiça do Trabalho e dá outras providências.....	988
Resolução Administrativa TST nº 1.418, de 30 de agosto de 2010 – Regulamenta o processamento do Agravo de Instrumento interposto de despacho que negar seguimento a recurso de competência do Tribunal Superior do Trabalho.....	916	Resolução Administrativa nº 1.889, de 17 de abril de 2017, do Tribunal Superior do Trabalho – TST – Referenda o ATO TST.GP Nº 101, de 9 de março de 2017, praticado pela Presidência do Tribunal, altera a Resolução Administrativa nº 1860, de 28/11/2016, que regulamenta o julgamento em ambiente eletrônico, por meio do Plenário Virtual, em todos os órgãos judicantes do Tribunal Superior do Trabalho – TST.....	997
Resolução CGES nº 1, de 20 de fevereiro de 2015 – Dispõe sobre o Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas (eSocial).....	937		
Resolução nº 525, de 29 de abril de 2015 do Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN – Dispõe sobre a fiscalização do tempo de direção do motorista profissional de que trata os artigos 67-A, 67-C e 67-E, incluídos no Código de Trânsito Brasileiro – CTB, pela Lei 13.103, de 02 de março de 2015, e dá outras providências.....	941	Resolução Administrativa TST nº 2.048, de 17 de dezembro de 2018 – Altera as Instruções Normativas nºs 3, 20, 31 e 36 e revoga as Instruções Normativas nºs 15 e 26.....	1027
Resolução nº 2, de 21 de julho de 2015, do Comitê do Programa de Proteção ao Emprego – CPPE – Estabelece regras e procedimentos para a adesão e o funcionamento do Programa de Proteção ao Emprego – PPE.....	963	Resolução CSJT nº 247, de 25 de outubro de 2019 – Institui, no âmbito da Justiça do Trabalho, o Sistema Eletrônico de Assistência Judiciária AJ/JT, destinado ao cadastro e gerenciamento de peritos, órgãos técnicos ou científicos, tradutores e intérpretes e ao pagamento desses profissionais nas situações em que prestarem a assistência à custa do orçamento da União, e dá outras providências.....	1037
Resolução CCFGTS nº 780, de 24 de setembro de 2015 – Regulamenta a inclusão do empregado doméstico no FGTS na forma da Lei Complementar 150, de 1º de junho de 2015.....	970	Resolução nº 345, de 9 de outubro de 2020 – CNJ – Dispõe sobre o “Juízo 100% Digital” e dá outras providências.....	1072

Resolução nº 354, de 19 de novembro de 2020 – CNJ – Dispõe sobre o cumprimento digital de ato processual e de ordem judicial e dá outras providências.....	1073	Resolução CNJ nº 586, de 30 de setembro de 2024 – Dispõe sobre os requisitos mínimos para o julgamento de processos em ambiente eletrônico no Poder Judiciário e disciplina o seu procedimento.....	1239
Resolução CSJT nº 288, de 19 de março de 2021 – Dispõe sobre a estruturação e os procedimentos dos Centros Judiciários de Métodos Consensuais de Solução de Disputas da Justiça do Trabalho – CEJUSCJT, altera a Resolução CSJT nº 174/2016 e dá outras providências.....	1086	Resolução CNJ 591, de 23 de outubro de 2024 – Dispõe sobre os requisitos mínimos para o julgamento de processos em ambiente eletrônico no Poder Judiciário e disciplina o seu processamento.....	1239
Resolução nº 957, de 21 de setembro de 2022 – CO-DEFAT – Dispõe sobre normas relativas à concessão, processamento e pagamento do benefício do Programa do Seguro-Desemprego, nos termos da Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, do §1º do art. 26 da Lei Complementar nº 150, de 1 de junho de 2015 e da Lei nº 10.779, de 25 de novembro de 2003.....	1193	REGIMENTO INTERNO DO TST	
Resolução TST nº 223, de 25 de novembro de 2024 – Dispõe sobre métodos consensuais de solução de disputas na Justiça do Trabalho.....	1237	Resolução Administrativa 1.937/2017.....	1243
		PROVIMENTO	
		Provimento CFOAB nº 204, de 13 de abril de 2021 – Regulamenta a forma de comprovação da prestação de serviços advocatícios por advogados e sociedades de advogados.....	1094

ÍNDICE CRONOLÓGICO DA LEGISLAÇÃO COMPLEMENTAR – CONSULTA RÁPIDA

LEIS			
605/1949	489	6.868/1980	534
1.060/1950	490	6.888/1980	535
1.408/1951	492	6.932/1981	536
2.757/1956	492	7.002/1982	537
2.959/1956	493	7.064/1982	537
3.030/1956	493	7.115/1983	539
3.207/1957	493	7.238/1984	539
3.857/1960	493	7.290/1984	540
3.999/1961	495	7.316/1985	540
4.090/1962	496	7.347/1985	541
4.266/1963	497	7.377/1985	542
4.375/1964	498	7.394/1985	543
4.594/1964	498	7.410/1985	546
4.725/1965	500	7.418/1985	547
4.739/1965	501	7.498/1986	548
4.749/1965	497	7.627/1987	552
4.860/1965	502	7.644/1987	552
4.886/1965	504	7.701/1988	553
4.923/1965	508	7.716/1989	555
4.950-A/1966.....	510	7.783/1989	556
5.584/1970	491	7.853/1989	558
5.725/1971	514	7.998/1990	563
5.764/1971	514	8.009/1990	567
5.811/1972	517	8.019/1990	568
5.889/1973	518	8.036/1990	569
6.019/1974	519	8.069/1990	589
6.224/1975	522	8.073/1990	589
6.321/1976	523	8.177/1991	589
6.533/1978	524	8.178/1991	593
6.586/1978	526	8.212/1991	595
6.615/1978	526	8.213/1991	614
6.696/1979	528	8.352/1991	635
6.708/1979	529	8.406/1992	636
6.830/1980	530	8.437/1992	637
6.858/1980	533	8.542/1992	638
		8.632/1993	638
		8.662/1993	643

8.678/1993	645	11.340/2006	848
8.716/1993	645	11.350/2006	848
8.745/1993	646	11.417/2006	883
8.844/1994	648	11.419/2006	883
8.852/1994	649	11.476/2007	886
8.856/1994	650	11.491/2007	886
8.906/1994	650	11.648/2008	893
8.984/1995	653	11.685/2008	893
9.029/1995	654	11.699/2008	904
9.093/1995	654	11.760/2008	905
9.279/1996	655	11.770/2008	905
9.307/1996	672	11.788/2008	906
9.424/1996	679	11.889/2008	908
9.469/1997	682	11.901/2009	909
9.494/1997	683	12.009/2009	910
9.504/1997	684	12.016/2009	911
9.507/1997	684	12.023/2009	913
9.601/1998	685	12.198/2010	914
9.608/1998	686	12.278/2010	914
9.609/1998	687	12.288/2010	914
9.615/1998	688	12.302/2010	916
9.674/1998	698	12.319/2010	917
9.696/1998	700	12.395/2011	918
9.715/1998	702	12.436/2011	919
9.719/1998	703	12.467/2011	919
9.800/1999	785	12.468/2011	919
9.867/1999	786	12.506/2011	920
9.962/2000	787	12.591/2012	920
9.983/2000	787	12.592/2012	920
10.101/2000	789	12.690/2012	514
10.192/2001	790	12.790/2013	923
10.220/2001	792	12.815/2013	923
10.224/2001	792	12.965/2014	932
10.555/2002	800	12.984/2014	935
10.556/2002	801	12.990/2014	936
10.741/2003	801	13.103/2015	938
10.770/2003	803	13.134/2015	948
10.779/2003	804	13.135/2015	948
10.803/2003	807	13.140/2015	948
10.820/2003	807	13.146/2015	952
10.833/2003	812	13.155/2015	965
11.033/2004	813	13.189/2015	972
11.101/2005	816	13.271/2016	974
11.324/2006	848	13.301/2016	977

13.352/2016	985	LEIS COMPLEMENTARES	
13.363/2016	985	7/1970.....	512
13.415/2017	987	8/1970.....	513
13.419/2017	988	26/1975	522
13.420/2017	988	75/1993	639
13.429/2017	996	103/2000	787
13.432/2017	996	110/2001	792
13.475/2017	998	123/2006	853
13.667/2018	1005	146/2014	936
13.709/2018	1009	150/2015	943
13.846/2019	1028	155/2016	984
13.872/2019	1034		
13.874/2019	1034	DECRETOS	
13.932/2019	1052	80.281/1977	537
13.979/2020	1054	85.845/1981	534
13.985/2020	1059	89.531/1984	535
13.997/2020	1060	92.530/1986	546
14.010/2020	1060	92.790/1986	544
14.020/2020	1061	94.406/1987	550
14.038/2020	1067	99.684/1990	580
14.043/2020	1067	1.480/1995	654
14.047/2020	1070	2.067/1996	676
14.112/2020	1075	3.048/1999	704
14.128/2021	1091	3.298/1999	560
14.133/2021	1092	3.914/2001	794
14.151/2021	1095	4.552/2002	796
14.176/2021	1095	4.840/2003	810
14.179/2021	1099	5.113/2004	588
14.289/2022	1189	6.481/2008	894
14.297/2022	1190	8.424/2015	805
14.311/2022	1191	8.426/2015	938
14.457/2022	1201	8.433/2015	940
14.597/2023	1205	8.989/2017	986
14.600/2023	1216	9.499/2018	1020
14.611/2023	1216	9.579/2018	1022
14.682/2023	1217	10.088/2019	1044
14.683/2023	1217	10.854/2021	1173
14.725/2023	1218	11.034/2022	1191
14.786/2023	1219	11.864/2023	1218
14.821/2024	1220	12.174/2024	1237
14.824/2024	1224		
14.831/2024	1227		
14.967/2024	1228		

DECRETO-LEI

4.657/1942	443	32/2007	891
8.778/1946	549	34/2009	914
229/1967	510	36/2012	921
368/1968	511	38/2015	970
509/1969	511	39/2016	974
691/1969	512	40/2016	976
779/1969	512	41/2018	1008
		2.005/2021	1078
		2/2021.....	1172
		41-A/2024.....	1238

ATOS

491/2014	936
1/2016.....	977
34/2021	1099
366/2024	1228

PORTARIAS

667/2021	1101
671/2021	1115
672/2021	1153

PORTARIA CONJUNTA

71/2021	1097
---------------	------

INSTRUÇÕES NORMATIVAS

3/1993.....	638
8/1996.....	671
10/1997	680
12/1997	680
13/1997	684
16/1999	785
17/1999	786
18/1999	786
19/2000	787
20/2002	795
24/2003	803
27/2005	847
29/2005	847
30/2007	887
31/2007	890

RESOLUÇÕES

1.276/2007	890
1.340/2009	910
1.418/2010	916
1/2015.....	937
525/2015	941
2/2015.....	963
780/2015	970
235/2016	978
174/2016	980
1.860/2016	985
185/2017	988
1.889/2017	997
2.048/2018	1027
247/2019	1037
345/2020	1072
354/2020	1073
288/2021	1086
957/2022	1193
223/2024	1237
586/2024	1239
591/2024	1239

REGIMENTO INTERNO DO TST

Resolução Administrativa 1.937/2017	1243
---	------

PROVIMENTO

Provimento CFOAB 204/2021	1094
---------------------------------	------